

Comunicação Oral

UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA: DISCURSOS E REGIMES DE VERDADE

Marcia Martins Oliveira – IBICT/UFRJ
Sarita Albagli - IBICT

Resumo

Este trabalho apresenta parte dos resultados da tese de doutorado, elaborada pela autora do presente artigo, que buscou analisar as relações entre informação, poder e segurança pública tendo como objeto de estudo as dinâmicas informacionais das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). Para a consecução desse objetivo elegeu-se um tratamento metodológico composto por análise bibliográfica, levantamento de material de redes sociais como Facebook e Youtube, entrevistas com moradores e pesquisadores, observação nas comunidades e análise do conteúdo de reportagens publicadas na grande mídia. As UPPs do Morro Santa Marta e do Morro da Providência, por seus valores históricos, foram escolhidas como campo para essa pesquisa. A partir desses elementos buscou-se captar não só as posições hegemônicas como também as principais ações de informação de outros atores sobre o tema UPP. A análise das produções informacionais sinalizou que tem ocorrido uma alteração no papel da informação nas políticas de segurança pública, ao longo dos tempos, que não é fruto de concessões do Estado, mas resultado das lutas dos cidadãos pela apropriação dos novos meios informacionais que, por sua vez, viabilizam inovações nas relações entre políticas públicas e sociedade.

Palavras-chave: Informação. Poder. Segurança Pública. UPP.

Abstract

This paper presents the results of the thesis developed by the author of this article, which investigates the relations between information, power and public safety having as object of study the informational dynamics of UPPs (Pacifying Police Units). In order to achieve this goal the methodology elected consists of literature review, collection of material from social networking sites such as Facebook and Youtube, interviews with residents and researchers, community observation and content analysis of articles published in the mainstream media. The UPPs Santa Marta and Morro da Providencia, for their historical values, have been chosen as the sites for this research. With these features, it has been sought to capture hegemonic positions as well as main information actions of other actors on the topic 'UPP'. The analysis of the informational productions signals that there has been a change in the role of information in public safety policies over time. However, these changes are not the result of grants from the state, but of the struggles of citizens for the appropriation of new informational means that, in their turn, enable innovations in the relationships between public policies and society.

Keywords: Information. Power. Public Safety. UPP.

1 INTRODUÇÃO

Ao repassar a história do Brasil, encontramos fragmentos do grande mosaico que é hoje a segurança pública do país. É possível observar como a construção histórica de perfis de instituições e categorias profissionais concorreu para a formação dos estereótipos vigentes nas

questões da segurança pública. Nessa dinâmica, a informação assumiu múltiplos papéis que variaram da propaganda subliminar às formas mais explícitas de coerção.

Verifica-se que do início da colonização até a promulgação da constituição de 1988, as políticas de segurança pública no Brasil priorizaram o controle sobre a circulação da informação, a censura de conteúdos e a criação de serviços militares de inteligência e polícias políticas com vistas à repressão e controle de atividades informacionais (educacionais, culturais, artísticas, políticas, etc.). A truculência dos métodos adotados pelo Estado nessa fase não neutralizou a resistência e as lutas pelo domínio dos meios informacionais.

No período seguinte, de 1988 até aproximadamente o ano 2000, a informação deixa de ser utilizada, exclusivamente, em favor do Estado e passa a atuar, ainda que teoricamente, em favor do cidadão, respeitando as determinações legais. Administrativamente, buscava-se o aprimoramento do planejamento, das estatísticas e a troca de informações a fim de criar dados confiáveis e sistemas unificados de informação que permitissem o desenvolvimento de estratégias de gestão da segurança pública e controle da violência.

A evolução do conceito de segurança pública trouxe profundas implicações teóricas e práticas para as políticas de segurança pública. No cenário político, a evolução dos movimentos sociais evidenciou que o uso da informação transformou-se em elemento relevante na agenda da segurança pública. Paralelamente, a difusão das tecnologias de informação e comunicação viabilizou diferentes usos da informação cujas contradições ficaram mais evidentes nas duas últimas décadas.

Nesse contexto, o presente artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de doutorado da autora que analisou as relações entre informação, poder e segurança pública tendo como objeto de estudo as dinâmicas informacionais que têm lugar em UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), no Rio de Janeiro, considerando não só o território no qual estão instaladas, mas os diversos espaços-tempo que a ela se referem. Como campo de pesquisa foram adotadas os Morros Providência e Santa Marta, respectivamente, primeira favela do Brasil e primeira comunidade a ser pacificada no Rio de Janeiro.

2 UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA

Nos últimos anos, observa-se que as ações na área de segurança pública, no Estado do Rio de Janeiro, têm se apoiado fortemente em estratégias discursivas ancoradas na metáfora da guerra e na lógica do confronto/enfrentamento. Desde então, as megaoperações – incursões policiais (bélicas) com contingente de várias corporações – tornaram-se frequentes militarizando as práticas da segurança pública e estimulando a letalidade. Como

consequência, temos o reforço dos estigmas criminalizadores da pobreza e do local de moradia dos pobres.

Em 2007, o Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais¹, chamava atenção para o fato de que

Ao estigmatizar a favela como centro de excelência do crime organizado, obtém-se um estereótipo tanto humano quanto geográfico de periculosidade, que transposto para um clima de guerra, enseja o enfrentamento dos inimigos e legitima as ações que visem “derrotá-lo”. Essa perigosa associação impulsiona à vala comum da marginalidade os moradores das comunidades pobres, tornando-os alvos fáceis e justificáveis no tratamento desumano a que se veem expostos todos os dias (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 3).

Os discursos do Executivo, alheios às manifestações de resistência, e fortemente amparados pelos setores mais conservadores da mídia, construíram regimes de verdade que naturalizaram suas ações. Esses regimes de verdade atuavam, e continuam atuando, como

mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2005, p. 12).

A espetacularização da violência, através da mídia e a proliferação de dispositivos biopolíticos – mandados de busca e apreensão genéricos, megaoperações policiais, autos de resistência e o “caveirão”, dentre outros – fortaleceram o regime de informação idealizado pelo governo estadual. Entretanto, diante das crescentes pressões, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) que segundo os documentos oficiais, constituem uma política de segurança pública baseada no paradigma da segurança cidadã.

As políticas de segurança pública norteadas por esse paradigma adotam um viés humanista e assumem a multicausalidade da violência, atuando tanto na repressão de suas manifestações quanto na prevenção de suas causas. Além disso, envolvem tanto órgãos de segurança pública como instituições públicas e a sociedade civil com o objetivo de implementar agendas identificadas pela comunidade como prioritárias para a diminuição dos índices de violência e delinquência em um território (PNUD, 2007).

¹ INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS. **Relatório da sociedade civil para o relator especial das Nações Unidas para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.iddh.org.br/v2//upload/72198c6e3df058d0607e3ee393339402.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

Sob essa orientação, as UPPs apresentam dois objetivos oficiais, um policial/militar e outro social. O primeiro é a consolidação e o controle estatal sobre comunidades dominadas pela criminalidade ostensivamente armada. O segundo é devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico (RIO DE JANEIRO, 2009).

A consecução do primeiro objetivo, que representa o lado repressivo da segurança pública, cabe à Polícia Militar e as intervenções sociais derivadas do segundo objetivo ficam a cargo de dois programas sociais: a UPP Social, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, e o do Território da Paz, do Governo do Estado. As instituições privadas, as organizações não governamentais e a sociedade civil também atuam nessas comunidades através de parcerias com os dois programas.

A diversidade de atores mobilizados e a pluralidade de pontos de vista envolvidos no território de uma UPP o conformam como um espaço agonístico. Essas múltiplas e heterogêneas visões correspondem aos diferentes modos de perceber a realidade que se confrontam cotidianamente nas disputas pela produção e apropriação de significados/sentidos. Esse confronto se materializa através de discursos que não só enunciam a realidade como também a constituem.

O discurso é aqui entendido, tal qual proposto por Foucault como

um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas "aplicações práticas"), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2005, p. 136-137).

Consequentemente,

o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escore, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz o poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo (FOUCAULT, 1977, p. 96).

Dessa forma, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os esquemas de poder ou as estratégias de resistência, mas é aquilo pelo qual se luta, o poder do qual os oponentes desejam se apoderar (FOUCAULT, 1971, p. 5).

Essa idéia suscita um conceito de poder pervasivo, ubíquo que se encontra imiscuído em todo o tecido social, tal qual estudado por Foucault que abandonou as visões tradicionalmente contratuais e repressivas dadas ao tema. Seu alvo era a análise do exercício do poder, não sob a perspectiva de quem o detém, mas sob a interpretação de suas estratégias

entendidas como um conjunto de práticas sociais e discursos construídos historicamente que disciplinam o corpo e a mente de indivíduos e grupos.

O poder, assim entendido, é constituído por uma multiplicidade de ações e relações humanas abandonando seu lado negativo, da dominação e violência, e assumindo sua face produtiva incitando, suscitando e produzindo relações sociais. Assim, não existe poder em si, mas relações de poder. (FOUCAULT, 1982, p. 220).

Conseqüentemente, o poder não é “propriedade” de uma classe social e passa a estar presente em todas as relações sociais na forma de estratégia, manobras, táticas e técnicas adotadas em interações sempre ativas e tensas (FOUCAULT, 1975, p. 29).

Dessa perspectiva em que o poder está disperso no tecido social através de relações sociais, sempre tensas, surge a resistência como contraparte do próprio poder. Aqueles que resistem, os interlocutores irreduzíveis estão, segundo Foucault, distribuídos de forma desigual pela sociedade e seus focos disseminam-se com densidades variáveis no tempo e no espaço. Assim como a rede das relações de poder forma um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também atuam os focos de resistência atravessando as estratificações sociais e as unidades individuais. Desta forma, as redes de poder permeiam as diversas práticas sociais cotidianas, mas de forma difusa e pouco evidente (FOUCAULT, 2003, p. 92).

Ao pensarmos no processo de pacificação das favelas cariocas e na diversidade de atores mobilizados devemos ter em conta que essas múltiplas e heterogêneas visões representam os diferentes modos de perceber a realidade que se confrontam cotidianamente em disputas pela produção e apropriação de significados/sentidos. Como todo confronto, este também envolve poder: o poder de enunciar, classificar e nomear a realidade (MARTELETO, 2007).

3 O ENFOQUE DA GRANDE MÍDIA

A grande mídia figura nesse cenário como importante personagem contribuindo por um lado para a construção de sentidos, legitimação de práticas e consolidação de políticas públicas e, por outro desconstruindo ou silenciando vozes discordantes em relação ao projeto das UPPs (OLIVEIRA, 2013). Essa conclusão foi obtida através da análise de reportagens veiculadas no Jornal O Globo e nas revistas semanais Veja e Carta Capital publicadas no período de 01 de novembro de 2008 a 30 de julho de 2012.

O periódico O Globo foi escolhido por ser o jornal com a maior média diária de exemplares vendidos no Estado do Rio de Janeiro, cerca de 262.837, segundo o Instituto

Verificador de Circulação (IVC). Pelo mesmo critério foi escolhida a Revista Veja, que segundo o IVC há seis anos ostenta o primeiro lugar em vendas no país entre as revistas semanais de informação geral. A Revista Carta Capital, embora na mesma pesquisa ocupe o 23º lugar, foi escolhida por adotar uma corrente ideológica diversa da líder nacional, permitindo um contraponto e uma análise mais ampla da cobertura das UPPs efetuada pela mídia.

Ainda que esses três veículos sejam voltados para as classes A e B, é considerável sua influência na formação de opinião do país como um todo. Comparar esses posicionamentos permite identificar fatos negligenciados ou realçados que pelo seu conjunto vão conformar o recorte da realidade escolhido pela publicação.

Os acervos digitais das três publicações foram alvo de uma pesquisa com os termos “upp +providência” e “upp+santa marta”, os dois campos de estudo já citados. As Revistas Carta Capital e Veja apresentaram, respectivamente, oito e doze itens como resultado para a busca. No acervo de O Globo foram encontrados trinta e quatro itens.

A análise do conteúdo das matérias evidenciou variações significativas entre as publicações estudadas. Na Revista Carta Capital, as oito matérias priorizaram a problematização das dimensões social e política das UPPs. As fontes não estatais prevaleceram sobre as estatais. Embora dois deputados tenham sido entrevistados, nenhum representante do Executivo participou das matérias. O enquadramento adotado privilegiou o enfoque sobre a cidadania e as liberdades civis, proporcionando aos leitores uma visão analítica dos fatos relatados e da política de segurança pública como um todo.

Enquanto a Revista Carta Capital adotou uma agenda política para abordar a UPP, a Revista Veja priorizou a dimensão econômica. Das doze notícias de Veja, nove abordavam questões econômicas e apenas três tratavam de questões sociais. Cocco (2012) destacou em sua análise que empresas, públicas e privadas, de vários segmentos almejam conquistar os consumidores das favelas.

Estão todos voltados para capturar esta economia interna. Todos interessados em investimentos e é isto a UPP. A UPP é absolutamente a conquista de uma jazida de crescimento para um capitalismo metropolitano, quer dizer, empresa de serviços, bancos, agência de telefonia, imobiliária... E isto já está rolando e vai muito mais rápido do que os percalços pelos quais passam as operações de pacificação (COCCO, 2012).

Em função disso, o pesquisador afirmou que a economia é o verdadeiro móbil da UPP.

O sucesso da UPP não é o sucesso da militarização. O sucesso é o fato que tem um motor por trás e que esse motor é o motor econômico. [...] A pacificação não é a decisão de que agora vamos dar a república, os serviços no sentido cidadão, etc. Absolutamente, o fato que havia zonas de exclusão,

sem poder de compra, inseguras que eram reguladas pelo Estado dentro da reprodução deste mesmo ciclo, ou seja, que a polícia não reprimia, mas participava ou até em alguns casos dirigia todo este mecanismo e que tinha um retorno em termo de corrupção e outro retorno em termo de controle dessa população (COCCO, 2012).

Dando prosseguimento a análise das matérias da Revista Veja, nota-se a inexistência de entrevistas. Os conteúdos reiteram na totalidade das matérias o discurso estatal representado pelas fontes consultadas sempre ligadas ao Executivo Municipal, Estadual ou Federal.

Misse (2012) comenta o apoio político dado pela mídia às UPPs e afirma que isso em nada se relaciona às qualidades do projeto. “A mídia está apoiando há muito tempo o Governador, enquanto ela o estiver apoiando, ela vai apoiar as UPPs. Se por acaso houver uma ruptura política com o governador, ela vai começar a criticar as UPPs.”

A valorização dos esforços do governo esteve presente em todas as matérias através de expressões como “encravam batalhões onde antes a bandidagem reinava”, “o controle territorial dos bandidos acabou”, “a pacificação tem aberto portas”, “empresas que pretendem lucrar com a paz”, “a retomada daquele território pelo estado refletiu-se”, “sob o domínio dos traficantes, funcionários e prestadores eram impedidos” e outras. Essa estratégia de iteração discursiva, em geral, atua como recurso para cristalizar sentidos que de outra forma não poderiam ser naturalizados.

Aliada a essa supervalorização das ações do Estado encontram-se enunciados cujos sentidos estão vinculados às metáforas bélicas legitimadas por uma relação de causalidade entre as medidas repressivas e a pacificação posterior, que mais servem a justificação dos excessos do que ao entendimento dos fatos.

À exceção da matéria que aborda o Baile das Debutantes do Morro da Providência, apoiado por empresas e moradores locais, nas demais os favorecidos com as ações de pacificação estão fora das comunidades.

O Jornal O Globo, por sua vez, apresenta uma agenda eminentemente econômica. Vinte das trinta e quatro reportagens do Jornal O Globo enfatizavam as vantagens econômicas advindas da pacificação. As quatorze matérias restantes adotaram uma agenda diversificada composta por questões educacionais, culturais e sociais.

A supervalorização das ações do Estado ganha o reforço da onipresença do Secretário de Segurança Pública em episódios que vão da rotina nas comunidades até os debates acadêmicos, inaugurações e comemorações nas favelas pacificadas. As metáforas bélicas

permanecem em todas as reportagens como uma tentativa clara de justificar o aparato policial implantado nos territórios ocupados por UPPs.

As falas em sua maioria são de representantes do executivo, pesquisadores ou empresários que reproduzem um discurso de verdade que como tal é homogêneo e atua no sentido de desqualificar/silenciar os demais. Os moradores dispõem de pouco espaço nas matérias e em suas poucas inserções atuam como reforço ao já dito por aqueles que possuem autoridade discursiva.

Adotando caminhos diversos, as três publicações sugerem que o foco da UPP está fora das comunidades ocupadas. Sinteticamente, Carta Capital apresenta a UPP como um programa excludente que visa à preparação da cidade para os grandes eventos esportivos a serem realizados em 2014 e 2016. Por outro lado, a Revista Veja e o Jornal O Globo ao insistirem na apropriação econômica das favelas, demonstram a fragilidade das mesmas frente às dinâmicas capitalistas. Nesse contexto, a urbanização e a valorização imobiliária são prenúncios de especulação e remoção dos moradores tradicionais.

Atento à dimensão econômica das UPPs, Cocco (2012) alerta que “a regularização é a outra face da pacificação”. A pressão pela regularização das residências e formalização dos serviços e comércio tem levado ao deslocamento dos moradores para bairros distantes ou para regiões mais pobres dentro da própria favela. Essas residências têm sido vendidas para moradores do asfalto que veem ali uma oportunidade de morar na zona sul a baixo custo, se comparado ao restante do bairro, com vistas muitas vezes dignas de cartão postal e com a segurança provida pela UPP.

Para Cocco (2012) os moradores que vendem suas casas se mudam para áreas mais pobres dentro da própria favela. Muitas dessas áreas já estão classificadas como áreas de risco e, por isso, passíveis de remoção. Essa dinâmica promove uma “remoção branca”, como estão chamando os líderes comunitários, na qual aqueles que moravam numa área melhor vão para uma área mais pobre e o mais pobre será removido para local ainda incerto (COCCO, 2012).

Da mesma forma, acesso a serviços e formalização inflacionam um espaço já marcado pela desigualdade socioeconômica e pervertem o conceito de cidadania, limitando-o à capacidade de consumo. Nesse contexto, a Unidade de Polícia Pacificadora mais do que uma política de segurança pública, voltada para o “resgate de territórios” e populações anteriormente negligenciadas, configura-se como uma *performance* discursiva cuja eficácia está atrelada à capacidade de produção de sentidos da mídia.

4 A PRODUÇÃO INFORMACIONAL NAS REDES SOCIAIS

As UPPs têm várias representações e as dinâmicas de informação não só relatam como constituem cada uma dessas visões. Se as investidas do Estado têm sido vigorosas contando com parceiros de grande prestígio, as comunidades adotaram as redes sociais como uma das principais armas nessa luta. O *Youtube* e o *Facebook* deram voz aos moradores e divulgaram suas mensagens ao redor do mundo conquistando múltiplos aliados.

A diversidade de conteúdos publicados nas redes sociais e o nível de interação dos moradores, através desses mesmos canais, têm demonstrado o potencial da informação como elemento de resistência e reafirmação da identidade local.

A produção de conteúdos na internet sobre as UPPs parece não ter tido precedentes em outros programas de segurança pública. São muitos blogs, filmes no *Youtube*, perfis no *Facebook*, petições e campanhas *online* que tratam de temas ligados às UPPs. Luiz Eduardo Soares atribui esse fenômeno à convergência entre o *boom* informacional e tecnológico, às alternativas de acesso ao meio digital e o aumento do nível de consumo da população.

Em 1999, quando implantamos o Mutirão pela Paz nós não tínhamos acesso. O acesso era discado. Não havia *lanhouses*. Enfim, a cultura digital não se havia propagado, muito menos aos mais pobres. A tecnologia era mais cara, não era acessível, não havia acesso tão fácil a celular, era um momento de avanço e crescimento desta onda e, portanto, informação tinha em outro lugar. (SOARES, 2012)

Ao realizar uma busca no *Youtube* com os termos UPP + “Morro Santa Marta” surgiram cinquenta e oito resultados. Destes, quinze eram peças publicitárias do Governo Estadual postadas nos canais Blog da Pacificação, Governo RJ, Sérgio Cabral Filho e UPPSocial. Vinte e sete vídeos foram produzidos por moradores abordando questões vinculadas às UPPs e os dezesseis restantes envolviam eventos na comunidade, reportagens para canais de televisão, panorâmicas do morro e da visita feita por turistas, material de divulgação de festas e eventos produzidos por seus produtores e registros de pesquisadores e estudantes.

Os vídeos sobre a UPP produzidos pelos moradores abordavam questões que enfatizam as contradições do processo de pacificação; o cerceamento das liberdades civis (privacidade, direito de ir e vir, manifestação cultural); a luta por direitos sociais (direito à moradia, à saúde, à urbanização, etc); o empenho para o fortalecimento das entidades comunitárias locais e a expansão da rede de aliados na resistência contra as consequências da pacificação.

Ao realizar busca semelhante com os termos UPP + “Morro da Providência” surgiram cinquenta e nove vídeos. Destes, vinte e dois eram peças publicitárias do Governo postadas nos canais Sergio Cabral Filho, Governo RJ, BlogdaPacificação, rjpoliciamilitar, Riocidadeolimpica, Prefeitura do Rio, Deputado Bittar, e UPPSocial. Doze vídeos eram reportagens de canais de televisão nacionais ou internacionais que abordavam o processo de pacificação do Morro da Providência. Dois vídeos relatavam ações de empresas desenvolvidas na comunidade após a pacificação. Oito abordavam, especificamente, a participação da equipe infanto-juvenil de jiu-jitsu da comunidade, treinada por um policial da UPP, em competições nacionais. Segundo os vídeos postados o desempenho da equipe surpreendeu pela qualidade dos atletas e pelos resultados alcançados. Os quinze vídeos restantes foram produzidos por moradores ou outros atores sociais sensíveis aos problemas que afligem os moradores dessa favela no processo de pacificação.

Concluída a análise dos vídeos, passou-se a analisar as produções informacionais no *Facebook*. Para a pesquisa com o termo “Morro da Providência” obteve-se uma extensa lista de perfis pessoais e comerciais. Desses, seis serão apresentados abaixo por dedicarem-se às questões comunitárias da favela.

O primeiro deles foi o perfil Coletivo Providência criado em junho de 2012 e que contava, em janeiro de 2013, com duzentos e quarenta e nove “amigos”. As postagens do perfil abordavam cursos, mensagens religiosas, divulgação de shows e informações para abertura de conta bancária para recebimento de bolsa-auxílio. As mensagens motivacionais também eram frequentes no perfil, começando pela foto da capa que trazia a mensagem “Devemos ser a mudança que queremos ver”.

O segundo perfil identificado com os critérios desse trabalho foi o “Ideais de uma Luta Morro da Providência”. Como antecipado pelo título, o perfil se dedica à luta em favor da melhoria da qualidade de vida na favela e se opõem às remoções propostas pela Prefeitura. As estratégias adotadas pelo governo municipal para executar as obras na cidade são comparadas ao *panem et circenses* do império romano.

O reflexo de tantos eventos que acontecem no Rio de Janeiro atualmente me faz lembrar a política do "pão e circo" criada pelo Império Romano para dissuadir a população mais pobre e carente. Desta forma, enganava-se a população, que acabava esquecendo os seus problemas pessoais e gerais, e como consequência minava a possibilidade de sofrerem qualquer resistência, e é isso que estamos vivenciando. Entretenimento é a maneira mais prática de enganar ou levar algo ao esquecimento. (IDEAIS DE UMA LUTA, 2013)

A remoção é um dos problemas enfrentados pelo Morro da Providência. As obras têm causado grandes transtornos aos moradores e motivaram várias postagens que apontam as

contradições do processo de urbanização proposto pela Prefeitura. As informações postadas na véspera da inauguração do teleférico davam conta que a comunidade já estava há cinco dias sem água. O texto intitulado “Entre a necessidade e a beleza” afirmava que

Enquanto se gasta uma fortuna com mega obras de embelezamento da cidade, ficamos cinco dias sem água. Necessidade básica de qualquer cidadão. Esses são os nossos governantes que governam para poucos. (IDEAIS DE UMA LUTA, 2013)

As postagens eram entremeadas com conteúdos que resgatavam a história das favelas e buscavam afirmar a identidade de seus moradores. Além de abordar os problemas do Morro da Providência, o perfil se solidarizava com outras comunidades e grupos submetidos a ameaças de remoção. O Museu do Índio, a comunidade da Estradinha, a Vila Autódromo, o Morro Santa Marta e vários outros grupos ameaçados de remoção foram citados nas postagens desse perfil.

A exploração econômica das favelas foi debatida através do compartilhamento do texto “A favela agora virou a alma do negócio”, do Jornal Brasil de Fato, e as promessas de melhorias feitas à comunidade após a pacificação foi discutida a partir do texto “Os descontentes do Porto”, publicado na Revista Piauí.

Muitas postagens dedicam-se às informações sobre as ações judiciais impetradas por várias instituições em favor dos moradores do Morro da Providência. As reuniões da Comissão de Moradores do Morro da Providência, do Fórum Popular do Porto e outras entidades locais também são anunciadas no perfil Ideais de uma Luta e têm suas atas divulgadas nesse espaço.

O terceiro perfil selecionado foi “Morro da Providência”, criado em julho de 2012, em janeiro de 2013 possuía 2.203 amigos. As postagens abrangem as questões do cotidiano da favela e seu entorno, tais como: ensaios e apresentações de blocos carnavalescos e bandas da região; horários de cultos e missas; informações sobre programas sociais em andamento ou previstos para a comunidade; prazo para inscrições em cursos; indicação de filmes; comentário sobre programas de televisão acerca do Morro da Providência; oportunidades de emprego e reinaugurações de bibliotecas. Essas postagens são mescladas com fotos do Morro da Providência e da vista da cidade que se obtém a partir dele. A temática da remoção é abordada a partir da indicação do vídeo “Casas Marcadas” e os problemas decorrentes do atual processo de urbanização são mostrados através de fotos.

O quarto perfil a atender os critérios deste trabalho foi o “Providência Atitude” que contava com 460 amigos, em janeiro de 2013, um ano após sua criação. Suas postagens tratavam de festa de blocos e associações culturais da região, shows diversos, campanhas e

manifestos em apoio às instituições que atendem à comunidade, prazo de inscrição para cursos e oficinas gratuitos, ofertas de emprego, mensagens motivacionais e campanhas em favor de instituições filantrópicas da cidade.

Além das questões cotidianas, o perfil mantém informações atualizadas sobre o andamento das ações judiciais contra as remoções e os convoca para manifestações em favor dos prédios e espaços da comunidade.

O quinto perfil selecionado foi o Providenciando Vidas, projeto desenvolvido por moradoras da comunidade com apoio da Agência de Redes da Juventude. Criado em setembro de 2011, o perfil contava com 1312 amigos em janeiro de 2013.

As postagens desse perfil são voltadas para a elevação da auto-estima das futuras mães, o desenvolvimento da maternidade responsável e o planejamento familiar e pessoal. Além desses temas são postadas, pelo Coordenador da Agência de Rede da Juventude, notícias sobre a repercussão do Providenciando Vidas na mídia.

A busca com o termo “Morro Santa Marta”, no *Facebook*, retornou vários perfis, dos quais foram descartados aqueles dedicados as páginas pessoais e à divulgação comercial. Dessa forma, restaram os dez perfis comentados abaixo.

O primeiro perfil está associado à Clínica da Família Santa Marta, unidade municipal de atenção básica à saúde. Além dos programas vinculados aos atendimentos de saúde, o perfil Clínica Santa Marta divulga oportunidades educacionais, tais como início das inscrições para o Telecurso de Ensino Fundamental; vídeos informativos sobre amamentação e nutrição; campanhas de saúde e vacinação; festas comemorativas da própria clínica e da comunidade; documentários e reportagens sobre o Morro Santa Marta.

A Clínica Santa Marta, também, informa aos 2.103 “amigos” do perfil os procedimentos necessários para obter o Cartão Nacional do SUS e outros documentos vinculados à área de saúde. A maior parte das postagens é feita pela própria Clínica, o que dá ao perfil características semelhantes às dos blogs onde o proprietário publica e os demais comentam. Esse fato, entretanto, não reduz o acesso ao perfil que apresenta alto índice de “curtir” e “compartilhar” em suas postagens.

A Clínica possui também o blog “Clínica da Família Santa Marta” que veicula as mesmas informações postadas no *Facebook*, com uma linguagem diferente. A duplicação da informação em serviços diferentes da internet é uma estratégia adotada pela equipe local para atingir diferentes públicos. A Clínica Santa Marta é composta por três equipes de campo que atuam em áreas diferentes do território envolvendo não apenas o Morro Santa Marta, mas também ruas do entorno.

A Equipe Dedé, cuja área de atuação está totalmente contida no Morro Santa Marta, criou em dezembro de 2012 o perfil “Eq Dedé Clínica Santa Marta” que contava com 440 “amigos” com apenas um mês de existência. Embora contenha as mesmas informações, com os mesmos textos, a Eq Dedé insere em suas postagens fotos da equipe na favela e enquetes para estimular a participação dos moradores.

A análise das duas capas permite inferir os objetivos da duplicação dos perfis. Enquanto o primeiro tem um caráter mais geral, dando destaque a uma atividade desenvolvida na praia e tendo seu prédio situado fora da favela como foto do perfil, o segundo mostra todo o vigor da favela com a Praça do Cantão e seus prédios coloridos além da estátua de Michael Jackson, ponto turístico da favela, como foto do perfil.

O perfil seguinte, “Estou Seguro Santa Marta”, iniciado em abril de 2012, é parte das ações desenvolvidas no projeto de mesmo nome que tem como objetivo divulgar informações sobre gestão de riscos e seguro voltado para as famílias de baixa renda. A divulgação é feita através de ações culturais como exposições de cinema, programas de rádio e teatro, além de mutirões de limpeza e outras iniciativas.

Com isso, o perfil atua como um catalisador de demandas e divulgador de iniciativas do projeto. O foco principal é a favela, por isso os temas principais das postagens são a divulgação de informações sobre microsseguro, eventos esportivos, peças de teatro infantil, atividades sustentáveis como a criação de hortas suspensas, mutirões de limpeza de valas e rios, tudo isso voltado para o Santa Marta.

Algumas postagens registram flagrantes da comunidade e despertam debates sobre temas de interesse geral como a coleta do lixo. Em outra discussão sobre o lixo, os moradores concordaram que era preciso ações coletivas para ajudar na solução do problema.

O maior perfil da favela em número de associados, o Favela Santa Marta, trata de temas diversos de interesse da comunidade e tem sua pauta voltada para o público jovem. As postagens envolvem eventos culturais, festas, inscrições para o telecurso, anúncio de gravação de novelas no Morro Santa Marta, convite para participação em caravanas para programas de televisão, anúncio de seleção de figurantes para gravação de propagandas na comunidade, promoção de concurso fotográfico na favela, distribuição de kit escolar e mochila para as crianças, fotos históricas da favela, dentre outros. Nas postagens, sempre muito comentadas, moradores tiram dúvidas, fazem sugestões, discutem os temas e se oferecem como voluntários na organização de parte dos eventos.

Questões cotidianas também são tratadas. Vinte e três pessoas debateram horários de funcionamento do plano inclinado, chamado pelos moradores de bondinho. A postagem

contou com vinte e oito comentários e vinte e cinco pessoas “curtiram”, ou seja, consideraram o assunto relevante.

O perfil também busca mobilizar as pessoas para resolução de problemas da comunidade utilizando outras mídias e serviços da internet. Assim foi o caso da manifestação virtual realizada no Twitter por conta da falta de água no morro.

Outro tema de grande repercussão no perfil foi a festa de natal para as crianças realizada no morro, em 23 de dezembro de 2012. Às crianças foram distribuídos brinquedos e às mães, cestas básicas. A festa e o recolhimento das doações foram organizados por um grupo de moradores que conseguiu apoio de um shopping center do bairro.

Entre dezenas de postagem com fotos e vídeos da festa, uma delas ressalta a alteração de sentido de eventos cotidianos após a pacificação. A composição mostrava duas fotos de helicópteros sobrevoando a comunidade. Na primeira, um helicóptero da Polícia Militar sobrevoava a comunidade portando uma arma em posição de tiro. Na segunda foto, mais recente, um helicóptero particular chegava com o Papai Noel para a distribuição de presentes na festa de Natal.

O criador do perfil, um microempreendedor local, divulga também a evolução de seu investimento e os resultados obtidos.

Muito semelhante ao “Favela Santa Marta”, o perfil “Favela Tour Santa Marta” divulga informações sobre turismo em geral e da comunidade, solicita apoio a petições públicas online e duplica parte do conteúdo apresentado no “Favela Santa Marta”. Mais voltado para o público externo à favela, esse perfil contava com 469 amigos em dezembro de 2012.

O perfil seguinte está vinculado ao Grupo Eco que se define como

uma entidade sem fins lucrativo de caráter educacional e cultural, destinada a promover e apoiar na Favela Santa Marta e, eventualmente, fora dela, atividades e iniciativas que visem o desenvolvimento humano integral das pessoas e da comunidade, com atenção especial às crianças, adolescentes e jovens, em busca da afirmação da dignidade da pessoa humana; do pleno exercício da cidadania; do fortalecimento da solidariedade comunitária participativa; contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade justa, livre e participativa (Grupo Eco).

O perfil do Grupo Eco chama atenção pela diversidade de pessoas que postam informações e a variedade de temas e materiais. É possível visualizar vídeos, fotos e documentos que registram dentre outras coisas: as trinta e quatro colônias de férias promovidas pelo Grupo para as crianças da favela; a tradicional comemoração da Folia de Reis no Morro; oportunidade de cursos; o Teatro Estou Seguro; reuniões comunitárias e

anúncio de venda de perfumes importados. Esse conteúdo é visto e comentado por 2.649 amigos do perfil.

O perfil também é utilizado para denúncias, como a postada por um morador mostrando as armas utilizadas por um policial durante evento cultural no morro. A postagem que gerou cinquenta e oito compartilhamentos questionava o aparato repressivo da UPP.

O Jornal Santa Marta foi outro perfil que atendeu aos critérios de busca dessa pesquisa. Tratando de assuntos diversos, o Jornal divulga oportunidades de emprego, exhibe vídeos, anuncia festas na comunidade, promove o ponto de cultura “Aos Pés do Santa Marta” e aborda as atividades de uma das organizações não governamentais que atuam no Morro Santa Marta apresentando, inclusive, seu Relatório de Atividades de 2012.

O perfil seguinte, o Protejo Santa Marta, relata as ações do Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável, do Ministério da Justiça, que tem por objetivo o diagnóstico, a mobilização e a sensibilização dos jovens em situação de descontrole familiar para a inserção em programas sociais vinculados ao PRONASCI (BRASIL, 2007).

As postagens anunciam oficinas, cursos e concursos destinados à faixa etária atendida. As fotos de festas e mensagens motivacionais também ocupam espaço considerável no perfil.

A Rádio Santa Marta Comunitária também desenvolveu seu espaço no *Facebook*. Com seis meses de existência, a *fanpage* da Rádio contava com 526 “seguidores”, a página tem pouco conteúdo e parece funcionar, apenas, como uma forma de marcar presença no *Facebook* e indicar o endereço do blog da Rádio que é bastante ativo. As poucas postagens envolvem promoção para distribuição de livros impressos e download de músicas de divulgação dos artistas entrevistados na Rádio.

Como se pode perceber, as disputas se distribuem entre o território e o ambiente virtual expandindo o espaço das lutas e tornando cada vez mais complexo os regimes de informação. Pelas produções informacionais postadas na internet e pelas intervenções observadas nos territórios, percebe-se que os moradores têm empreendido esforços no sentido de construir modos inovadores de resistência e interação com o Estado. Uma inovação que se dá pelo reconhecimento e mobilização dos saberes e de capacidades locais que vem sendo progressivamente fortalecidas com o uso das tecnologias de informação e comunicação (OLIVEIRA, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O confronto do referencial teórico com a produção resultante da dinâmica informacional das UPPs – normas, reportagens, vídeos no *Youtube* e postagens no *Facebook* –

permite concluir que enquanto as produções informacionais do Estado e da grande mídia enfatizam supostos benefícios da pacificação, as ações de informação desenvolvidas pelos moradores ressaltam as contradições desse processo e os prejuízos sociais e históricos causados. A diversidade de temas abordados nas produções materializa a potência dos moradores que atuam a partir das organizações comunitárias já existentes, constituem novas ou arregimentam aliados.

Contudo, os territórios das UPPs não são homogêneos entre si nem dentro de seu próprio território. O Morro Santa Marta, tem uma história de ativismo comunitário que se consolidou através de décadas e pode ser avaliado pela quantidade, pela qualidade técnica e pela diversidade de produtos informacionais disponíveis no *Facebook*, no *Youtube* e no próprio território, desde o primeiro ano de instalação da UPP.

Os vídeos e perfis enfatizam o cerceamento das liberdades civis (privacidade, direito de ir e vir, manifestação cultural); a luta por direitos sociais (direito à moradia, à saúde, à urbanização, etc); o empenho para o fortalecimento das entidades comunitárias locais e a expansão da rede de aliados na resistência contra as consequências da pacificação.

Com um regime de informação bastante complexo, o Morro Santa Marta através de instituições comunitárias locais, organizações não governamentais e lideranças comunitárias tem uma ambiência altamente reflexiva que demonstra a potência da favela enquanto espaço de saberes e produção de informação.

O Morro da Providência tem dinâmica distinta. Sua produção informacional é mais intensa no *Facebook*, provavelmente por permitir a atuação individual e exigir baixo investimento técnico. No *Youtube*, a quantidade de vídeos chega a superar a do Morro Santa Marta, entretanto muitos deles não abordam questões ligadas às UPPs e à vida comunitária da favela. Dos cinquenta e nove vídeos apenas quinze têm essa preocupação.

A temática dominante é a remoção das moradias decorrente do processo de reurbanização. Questões vinculadas aos direitos civis e políticos, não aparecem nos vídeos localizados na pesquisa. Assim, a quantidade do material produzido, os intervalos entre essas produções e as autorias demonstram a pouca mobilização dos moradores em ambientes de baixa interatividade como o *Youtube*.

No *Facebook*, os perfis mais combativos do Morro da Providência se apresentam com nomes desvinculados de entidades atuantes na comunidade. Suas postagens buscam a coordenação de ações sociais que têm como objetivo não apenas informar, mas também orientar o agir coletivo.

Independente do volume da produção informacional das favelas estudadas, o conteúdo das ações de informação comprova o antagonismo dos regimes discursivos do Estado e dos atores sociais em relação à segurança pública. O Estado, os moradores e a grande mídia compuseram com suas práticas informacionais um regime de informação que evidencia as redes culturais, sociais e econômicas nas quais estão implicados e as relações de poder que as mantêm e transformam.

Enquanto, as ações desenvolvidas pelos moradores atuam no sentido de superar formas históricas de exclusão e discriminação através da luta por direitos, realçando a diferença como recurso político e propondo novas formas de diálogo entre o Estado e a sociedade a partir de uma nova agenda, a grande mídia, em sua maior parte, assumiu a UPP como um caso de sucesso. A partir de sua autoridade discursiva atua em prol da conformação dos regimes de verdade propostos pelo Estado.

A resistência das comunidades materializada por sua produção informacional na luta pela preservação de seus direitos e de sua história, classificam-na como um espaço agonístico. Entretanto, essa produção encontra-se dispersa nas favelas e no conjunto da sociedade, dificultando a sua reconstrução histórica. Por isso, como proposta de estudos futuros, sugiro a organização desse acervo em centros de referência que possam documentar a potência das favelas como espaços de luta e, também, de memória.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**, n. 37, p. 34-46, 1994.
- BORGES FILHO, N. **Direito, estado, política e sociedade em transformação**. Porto Alegre: S. Fabris, 1994.
- COCCO, G. **Análise sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Marcia Martins de Oliveira em 22 de abril de 2012.
- DIAS NETO, T. **Segurança urbana: o modelo da nova prevenção**. São Paulo: FGV/RT, 2005.
- DORNELLES, J. R. W. **Conflito e segurança: entre pombos e falcões**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- FELTES, T. et al. **Segurança cidadã e polícia na democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- FGV. **Indicadores Socioeconômicos nas UPPs do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.

_____. Subject and Power. In: DREYFUSS, H.; RABINOW P. **Beyond structuralism and hermeneutics**. Brighton: The Harvester Press, 1982.

_____. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. RJ: Graal, 1977.

_____. **A Ordem do Discurso**. Paris: Gallimard, 1971.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: **ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FORM INFORMATION**, 23., 1995. [Anais...]. [S.l.: s.n.], 1995.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. **Informação, conhecimento e poder**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MARTELETO, R. M. Informação, redes e redes sociais: fundamentos e transversalidade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., 2007.

MENDES, M. B. **Militarização da Segurança Pública no Brasil: A Polícia Militar e os Cenários de sua Construção Histórico-Cultural**. 2007. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MISSE, M. **Análise sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Marcia Martins de Oliveira em 13 de junho de 2012.

NEGRI, A. A Constituição do Comum. Palestra sobre Império, Multidão e a Constituição do Comum proferida 24 de outubro de 2005 no **II Seminário Internacional – Capitalismo Cognitivo**.

_____. **O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NETO, T. D. **Segurança Urbana: O modelo de uma nova prevenção**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

OLIVEIRA, M. M. **Informação, poder e segurança pública: um estudo da unidade de Polícia Pacificadora**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013.

PATTO, M. H. S. **Estado, ciência e política na Primeira República**: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, vol. 13, nº 35, p. 167-198, 1999.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Decreto nº 41650 de 21 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a criação da Unidade de Polícia Pacificadora - UPP e dá outras providências. **Boletim da Polícia Militar**, Rio de Janeiro, n. 12, fl. 80, 22 jan. 2009.

_____. Decreto nº 42787 de 06 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 5, 7 jan. 2011.

SILVA, V. F. História da Segurança Pública. Natal, 1998. **Plano de ensino da disciplina História da Segurança Pública**. Curso de Especialização em Segurança Pública/ UERN / Academia Cel Milton Freire.

SOARES, L. E. **Análise sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Marcia Martins de Oliveira em 11 de abril de 2012.

SPINOZA, B. **Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político**; Correspondência. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

VALLADARES, L.P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ZALUAR, A. M.; MONTEIRO, M. F. G. Desigualdades regionais do risco de mortalidade de jovens: Raça, renda e/ou escolaridade da mãe?. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 5, p. 369-386, 2012.